



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

**UMA ABORDAGEM TEORICA SOBRE A CONTINUIDADE DA  
IDENTIDADE PESSOAL**

**PAULA CRISTINA MOREIRA CALAZÃES**

**Brasília**

**2017**

**PAULA CRISTINA MOREIRA CALAZÃES**

**UMA ABORDAGEM TEORICA SOBRE A CONTINUIDADE DA  
IDENTIDADE PESSOAL**

Monografia apresentada ao Departamento de Filosofia como requisito parcial para a obtenção do título de licenciatura, sob a orientação do Professor Dr. André Leclerc.

**Brasília**

**2017**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MP324a Moreira Calazães, Paula Cristina  
Uma abordagem teórica sobre a continuidade da identidade  
pessoal / Paula Cristina Moreira Calazães; orientador André  
Leclerc. -- Brasília, 2017.  
45 p.

Monografia (Graduação - Filosofia) -- Universidade de  
Brasília, 2017.

1. Este trabalho tem a intenção de percorrer teorias que  
tratam da problemática da identidade pessoal, as quais. 2.  
tentam responder a questão da permanência da identidade de  
como um sujeito se mantém ao decorrer do tempo. 3. sendo  
que os seres humanos passam por diversas mudanças e  
transformações. Nesse sentido, serão tratadas. 4. de teorias  
que tentam responder essa questão da continuidade da  
identidade pessoal.. I. Leclerc, André , orient. II. Título.

Banca Examinadora

---

Prof. Orientador

---

Prof.

---

## Agradecimentos

À minha família, especialmente a minha mãe, Selma Moreira e ao meu pai de coração, Vladimir dos Santos, que deram todo o apoio e incentivo aos meus estudos.

Ao meu companheiro, Ícaro Dantas, pelo carinho, amor, sugestões, ajuda e apoio.

À UnB, que por meio de seus programas e projetos de extensão proporcionou-me aprendizado.

Ao Departamento de Filosofia.

A CAPES pelo Programa de Bolsa de Iniciação a Docência.

Ao meu orientador, André Leclerc: muito obrigada pela franqueza, orientação, disponibilidade e afabilidade.

Aos meus amigos de jornada acadêmica, especialmente a Nájila Mota e Raylane Marina, pelo carinho, risadas e acolhimento nos momentos difíceis.

Aos professores do Departamento de Filosofia da UnB, em especial ao Pedro Gontijo e Priscila Ruffinoni, pela orientação e incentivo pela carreira.

Ao professor Paulo Abrantes, por ter me colocado em contato com as questões de filosofia da mente que tanto me interessam.

Ao professor Vinícius Silva Souza, que me mostrou as alegrias e dificuldades da nossa carreira.

À Mónica Roncancio Moreno, que é uma figura inspiradora para a minha formação.

Queriam-me casado, fútil, quotidiano e tributável?

Queriam-me o contrário disto, o contrário de qualquer coisa?

Se eu fosse outra pessoa, fazia-lhes, a todos, à vontade.

Assim, como sou, tenham paciência!

Fernando Pessoa.

## RESUMO

Este trabalho tem a intenção de percorrer teorias que tratam da problemática da identidade pessoal, as quais tentam responder a questão da permanência da identidade de como um sujeito se mantém ao decorrer do tempo sendo que os seres humanos passam por diversas mudanças e transformações. Nesse sentido, serão tratadas teorias que tentam responder essa questão da continuidade da identidade pessoal, tais como, a teoria da consciência fenomênica; da continuidade da identidade pela consciência; pela memória; pela linguagem, e também pelo self dialógico. Abordaremos questões sobre o dualismo existente entre a continuidade física e a continuidade psicológica. Portanto, será analisado se cada uma dessas teorias responde a questão da continuidade da identidade pessoal.

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2. CAPÍTULO I - .....</b>	<b>10</b>
<b>A SUBSTANCIALIDADE DA IDENTIDADE .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 Critérios da substancialidade física.....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 Critérios da substancialidade metafísica .....</b>	<b>12</b>
<b>3. CAPÍTULO II - .....</b>	<b>14</b>
<b>CRITÉRIOS DA CONTINUIDADE FÍSICA E PSICOLÓGICA.....</b>	<b>14</b>
<b>3.1 Critérios da continuidade física .....</b>	<b>14</b>
<b>3.2 Critérios da continuidade física do corpo .....</b>	<b>16</b>
<b>3.3 Critérios da continuidade física cerebral .....</b>	<b>17</b>
<b>3.4 Critérios da continuidade psicológica .....</b>	<b>18</b>
<b>4. CAPÍTULO III .....</b>	<b>22</b>
<b>CONTINUIDADE E CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE PESSOAL .....</b>	<b>22</b>
<b>4.1 Continuidade da identidade pela consciência .....</b>	<b>23</b>
<b>4.2 Continuidade da identidade pela linguagem .....</b>	<b>27</b>
<b>4.3 Continuidade da identidade pela memória .....</b>	<b>36</b>
<b>4.4 Continuidade da identidade pelo self dialógico .....</b>	<b>40</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A continuidade da identidade pessoal se torna um problema a ser explorado, pois como se pode afirmar que as pessoas continuam as mesmas ao decorrer do tempo? Ou seja, como nos identificamos como sendo as mesmas pessoas levando em consideração as mudanças que nos ocorrem ao longo da vida? Para tal objetivo serão exploradas algumas teorias importantes acerca desse assunto, como por exemplo, a relação entre identidade pessoal e autoconsciência, como a de Locke (2012) Na obra *Ensaio sobre o Entendimento Humano* que o que determina o ser como sendo ele mesmo seria sua consciência. Assim, “identidade pessoal se determina pela consciência, seja ela anexada ou não a uma substância imaterial individual” (LOCKE, 2012, p. 364). Porém, há vertentes teóricas que defendem que a identidade se dá por meio da memória, e que ambas se constituem mutuamente. Candau (2016), em *Memória e identidade*, assinala que há uma relação dialética entre memória e identidade, sendo ambas constituídas mutuamente. Por essa razão, afirma que “através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, conferindo-lhe sentido” (CANDAU, 2016, p. 61).

A substância que constitui a identidade aponta outro problema que atravessa esse assunto, pois há autores como Penelhum (*apud* Viana 1967), que defendem que a substância da identidade pessoal se daria por um critério físico, assim como há autores que defendem o critério substancial metafísico da identidade.

Ambos os problemas, tanto o da substância, como o da continuidade da identidade pessoal ainda não possuem soluções teóricas definitivas. Neste sentido, essa pesquisa possui o papel de fazer um apanhado histórico de teorias acerca desse tema, a fim de propor e elucidar soluções possíveis para resolvê-los.

## 2. CAPÍTULO I

### A SUBSTANCIALIDADE DA IDENTIDADE

Aristóteles já no século IV a.C. se questionava sobre o que é o ser, e, por conseguinte qual seria sua substância. Um dos problemas que permeiam a temática da identidade pessoal são seus critérios substanciais de identificação, pois a partir da teoria da permanência da substância alguns filósofos pretendem explicar a continuidade da identidade. Neste sentido, se pressupõe que a substância sempre permanece a mesma, e o que muda são os acidentes<sup>1</sup>.

E na verdade, o que desde os tempos antigos, assim como agora e sempre, constitui o eterno objeto de pesquisa e o eterno problema: “que é o ser”, equivale a este: “que é a substância”; por isso também nós devemos examinar principalmente, fundamentalmente e, por assim dizer, exclusivamente, o que é o ser entendido neste significado<sup>2</sup>.

Sendo assim, antes de adentrar mais profundamente no que diz respeito aos termos “substancialidade” e “identidade”, será examinado, à luz de Aristóteles, o significado destes termos, a fim de possibilitar melhor compreensão. Portanto, há dois modos de significado de idêntico, para Aristóteles, o primeiro seria o idêntico por acidente e o segundo seria o idêntico por si.

O idêntico por acidente se dá por meio do conjunto de dois termos individuais, por exemplo, “‘homem’ e ‘músico’ são o mesmo enquanto o segundo é acidente do primeiro, e também ‘músico’ e ‘homem’, porque o primeiro é acidente do segundo”<sup>3</sup>. Ou seja, estes termos são idênticos por acidentes, pois não se pode dizer que todo homem é músico, neste caso músico seria um atributo de homem que faz o termo “homem” e “músico” serem idênticos por acidentes.

Por outro lado, o idêntico por si é uma unidade do ser ou de uma multiplicidade de coisas, no sentido de ser considerada como múltipla quando se diz que uma coisa é idêntica a si mesma, sendo nesse caso, considerada como duas. Por exemplo, duas folhas de papel que são idênticas<sup>4</sup>. O idêntico por si também pode ser chamado de

<sup>1</sup> Cf. ARISTÓTELES, **Metafísica**. Tradução de Giovanni Reale, 2º ed. São Paulo, p. 293.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 289.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 217.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 219.

identidade qualitativa, ou seja, duas coisas são idênticas quando elas instanciam as mesmas propriedades intrínsecas.

No que diz respeito à substância, Aristóteles a separa em quatro categorias, a saber, a essência, o universal, o gênero e o substrato. No entanto, será abordado aqui somente o significado da substância como essência, que possui maior interesse para este trabalho. A essência de dada coisa, portanto, é o que de fato a coisa é por si mesma, no sentido de natureza do ser<sup>5</sup>.

No entanto, Aristóteles examina se a coisa individual e sua essência coincidem ou se são duas realidades diferentes. “De fato, isso importa à nossa investigação sobre a substância. Com efeito, a coisa individual não parece ser diferente da própria substância, e dizemos que a essência é, justamente, a substância da coisa individual”<sup>6</sup>. Ou seja, uma identidade absoluta, que é uma relação reflexiva que cada coisa mantém consigo mesma.

Portanto, Aristóteles afirma que a coisa individual e sua essência são uma única e mesma coisa. Assim, conhecer a coisa individual significa conhecer sua essência<sup>7</sup>. Quanto à substância de cada coisa Aristóteles define como sendo a “causa primeira do ser, isto é, todas as coisas que são substâncias são constituídas segundo a natureza e pela natureza, parece que a substância é a própria natureza, a qual não é elemento material, mas princípio”<sup>8</sup>.

Outra forma de se entender a essência como determinação de algo, seria pela forma do substrato, pois o substrato constitui a parte essencial do ser, independente de suas qualidades. Sendo assim, Lowe (2003), concebe o substrato como sendo um particular simples – ‘*bare-particular*’<sup>9</sup>, no sentido de ele ser desprovido de qualquer característica qualitativa.

Assim, o substrato segundo Lowe (2003), mantém duas funções ontológicas. A primeira seria a de juntar diversas propriedades particulares como propriedades de um único objeto. A segunda seria manter a individualização do objeto. No entanto não se pode concluir que o objeto é a junção de suas propriedades particulares, pois uma

---

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 297.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 305.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 309.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 365.

<sup>9</sup> Cf. LOWE, E. J. *The Oxford Handbook of Metaphysics*. New York, p. 85.

propriedade não constitui o objeto como um todo, é apenas uma faceta do mesmo. Além disso, se somente as propriedades determinassem o objeto, se corre o risco de cair num ciclo repetitivo, pois as propriedades também possuem propriedades, que por sua vez, possuem propriedades e assim por diante.

## **2.1 Critérios da substancialidade física**

O critério físico é substancial para a identidade pessoal, segundo teorias que defendem a continuidade da identidade através da continuidade do corpo (PENELHUM *apud* VIANA, 1967, p. 37). Neste sentido, o que garantiria a permanência da identidade seria o corpo da pessoa. Segundo Viana (2011) esse critério se torna difícil de sustentar, pois não há como saber que se trata do mesmo corpo, pois o corpo passa por diferentes mudanças durante a vida. Não há como afirmar que as pessoas mantêm o mesmo corpo desde o seu nascimento, pois no processo de amadurecimento e crescimento diversas células morrem e são substituídas por novas; além da própria aparência física, que sofrem transformações. Em caso de transplante de órgãos esse critério também não corresponderia, justamente por haver mudança no corpo, pois se estaria trocando um órgão orgânico por um órgão sintético, ou por outro órgão orgânico, havendo o problema de se afirmar que a pessoa adquiriu duas identidades. Outra objeção ao critério físico diz respeito à deficiência que se tem ao explicar questões morais e legais, assim como questões comportamentais e de personalidade <sup>10</sup>.

## **2.2 Critérios da substancialidade metafísica**

Em contraposição ao critério físico e a autores que o defendem, o critério metafísico “procura fundamentar a permanência da pessoa em algum elemento não material” (Viana, 2011, p. 33). Se defende então que, é pela alma que uma pessoa se mantém a mesma ao longo da vida, pois, desde o seu nascimento até a morte, a alma permanece a mesma. Descartes (1996) já defendia o critério da alma, apontando que

---

<sup>10</sup> Cf. VIANA, C. **O enigma filosófico da identidade pessoal**. 2011.

corpo e mente são substâncias distintas. “De sorte que este eu, isto é, a alma pela qual sou o que sou, é inteiramente distinta do corpo, e até mais fácil de conhecer que ele, e, mesmo que se o corpo não existisse, ela não deixaria de ser tudo o que é” (DESCARTES, 1996, p. 39).

Segundo o argumento defendido por Descartes é que se torna impossível duvidar da existência da alma, pois esta resiste à dúvida metódica hiperbólica, mas o mesmo não se dá em relação à dúvida do corpo. Neste sentido, ele faz uma separação entre *res cogitans* e *res extensa*<sup>11</sup>, ou seja, duas substâncias diferentes que interagem entre si. Cria-se assim, o dualismo de substância, que tem como um dos principais problemas o de explicar como uma substância imaterial - mente - interage com uma substância material – corpo, sendo que ambas não compartilham propriedades. Trata-se, portanto, do problema da causação mental, que se deriva diretamente do reconhecimento da distinção entre ambas as substâncias.

Leibniz, por sua vez, propõe uma ideia inata de individuação, defendendo que “cada substância tem uma perfeita conexão com o passado, e é isto que perfaz a identidade do indivíduo” (LEIBNIZ apud VIANA, p.65). Assim, Leibniz denominou como *mônada*<sup>12</sup> a substância que caracteriza a identidade pessoal. A *mônada* pode ser entendida no sentido de termos como “alma”, ou um “eu pensante” (Viana, 2011). No entanto, Leibniz distingue dois tipos de identidades através do tempo, a identidade verdadeira - caracterizada pela *mônada*; e outra que é a identidade aparente - caracterizada por uma organização corporal. A identidade aparente pode sofrer mudanças ao longo do tempo, ao passo que a identidade verdadeira permanece.

Essa teoria de Leibniz poderia ser uma explicação para o problema da permanência da identidade pessoal, entretanto uma das maiores dificuldades posta pelo critério metafísico de identidade pessoal, diz respeito à falta de uma demonstração filosófica da existência da alma, ou seja, não há como provar empiricamente, que a alma é uma substância que garante a permanência e a continuidade da identidade. Ademais, “ainda que exista uma entidade que, por suas características, possamos chamar de *mônada*, ou alma, ou qualquer denominação equivalente, o problema é como saber que se trata da mesma entidade” (Viana, 2011, p. 39).

---

<sup>11</sup> Geralmente estes termos são traduzidos por: coisa pensante (*res cogitans*); coisa extensa (*res extensa*).

<sup>12</sup> Grifo da autora. A *mônada* pode ser entendida como uma espécie de princípio de vida.

### 3. CAPÍTULO II

#### CRITÉRIOS DA CONTINUIDADE FÍSICA E PSICOLÓGICA

Para não cair na problemática da substancialidade, deve se deixar a questão “O que permanece?” e passar para a questão “Como permanece?” (Viana, 2011, p. 47), ou seja, como a identidade permanece a mesma ao longo do tempo. A teoria da continuidade é uma das maneiras de tentar entender essa questão, pois agora se passa a pensar a identidade pessoal como algo contínuo, que é construída ininterruptamente, e não como se fosse apenas uma substância definidora. A partir disto, se tem a continuidade da pessoa que é explicada em termos físicos e em termos psicológicos.

Há dois grupos principais de teorias sobre os critérios da identidade pessoal, que podemos chamar de teorias *físicas* (corporais), ou *mentais* (psicológicas). As teorias físicas sugerem que o critério pelo qual dizemos que uma pessoa permanece a mesma é algo físico, como a continuidade de um mesmo corpo ou de um mesmo cérebro. Já as teorias mentais sugerem que o critério pelo qual dizemos que uma pessoa permanece a mesma é algo mental, por exemplo, a permanência de suas memórias pessoais, de seus conhecimentos e crenças básicas, de seus traços psicológicos de personalidade e caráter, de suas intenções, desejos, e etc. (COSTA, 2002, p. 06).

Nesse sentido, serão tratadas agora neste capítulo sobre ambas teorias da continuidade, as quais tentam explicar e responder a questão de como é possível a identidade permanecer a mesma ao decorrer do tempo por meio de continuidade física - corpo e cérebro -, e por meio da continuidade psicológica.

#### 3.1 Critérios de continuidade física

No critério físico de continuidade, há autores que defendem que não é necessário que o corpo permaneça o mesmo ao longo do tempo, pois o que caracteriza a noção de unidade é a presença do fator temporal. Por exemplo, uma pessoa que nasce e vai se desenvolvendo ao longo de sua vida continua sendo a mesma pessoa, pois a unidade corporal é a mesma e a mudança ocorrida fisicamente se deu através de anos (PARFIT *apud* VIANA, 1942). Costa (2002), explica que o “objeto físico pode ser entendido

como um conjunto de propriedades caracterizadoras de um substrato material”, assim, o substrato material pode ir se modificando ao longo do tempo sem que o objeto físico deixe de ser o mesmo.

O fator temporal possui um papel fundamental para a teoria do critério físico da continuidade da identidade, pois é a partir dele que se estabelece a continuidade da unidade física, no sentido de que, se o objeto físico mudasse por completo em pouco espaço de tempo, não se poderia afirmar que continuaria se tratando do mesmo objeto. Assim, à medida em que o mesmo se modificou tão rápido que passa a ser outro objeto físico.

Os conceitos de continuidade de localização e mudança de localização de um objeto físico podem ser esclarecidos sob a consideração de que espaço e tempo são divisíveis e que aquilo que se pode ser entendido como momento *subsequente* e como localização contígua é algo relativo à capacidade do observador de escrutinar sucessivos campos de observação (COSTA, 2002, p. 07).

Entretanto, o fato de que objetos físicos sofrem modificações corpóreas que ocorrem em um curto período de tempo, se torna um dos empecilhos para esta teoria, pois, se for levado em consideração o tempo decorrido como um fator determinante para afirmar a identidade, segundo Viana (2011), se tem duas dificuldades:

Na primeira teremos de estabelecer qual o tempo mínimo que deve decorrer entre alterações parciais, de modo a fixar um limiar a partir do qual a identidade do objeto se perderia. A segunda é a de supor que, na verdade, seria impossível existir identidade dos objetos em dois momentos distintos no tempo, embora, quando a mudança ocorre muito lentamente, exista uma tendência a acreditarmos no contrário (VIANA, 2011, p. 51).

Sendo assim, esta teoria não consegue abarcar a questão de permanência da identidade, pois como aponta Viana (2011), se um objeto físico se modificasse totalmente em pouco tempo, não teríamos como afirmar que se trata do mesmo objeto, assim como propõe a teoria. Assim, seria necessário estabelecer um critério temporal para a mudança de corpos físicos, o que parece ser impossível. Além disso, a identidade do objeto não se preserva justamente pela mudança repentina em curto espaço de tempo, o que se faz pensar que então se tem dois objetos diferentes, e não um.

Há também critérios físicos da continuidade do corpo e do cérebro. Segundo Costa (2002), há dois critérios físicos principais: continuidade substantiva do *corpo* humano e a continuidade substantiva do *cérebro*<sup>13</sup> humano.

### 3.2 Critérios da continuidade física do corpo

Em relação ao critério da continuidade substantiva do corpo, Costa (2002) afirma que na maioria das vezes o reconhecimento das pessoas se dá pela aparência física, no entanto não atribuímos a cadáveres o aspecto de pessoa, muito menos o de ter uma identidade. Outro exemplo que aponta a falha da teoria de continuidade substantiva do corpo, segundo o autor, é um experimento mental no qual ocorre transplante cerebral.

Além disso, se o cérebro da pessoa A pudesse ser transplantado para a calota craniana vazia do corpo de B, disso resultasse uma pessoa C, o critério de continuidade do corpo humano levaria à conclusão incorreta de que  $C = B$ , quando a conclusão intuitiva é a de que  $C = A$  (COSTA, 2001, p. 08).

Desse modo pode-se perceber que se fosse possível um transplante cerebral se levantaria a questão de qual pessoa se trata, isto é, trata-se da pessoa A, pelo fato do cérebro pertencer a ela, ou trata-se da pessoa B? Além disso, a pessoa C seria a mesma pessoa que A ou B?

Outra objeção que se faz à teoria da continuidade corporal é o fato de haver duas pessoas habitando o mesmo corpo, considerando o caso de pessoas lobotomizadas, ou seja, que tiveram a comunicação entre os dois hemisférios cerebrais interrompidas; os hemisférios cerebrais passam a exercer funções separadamente, como se realmente houvesse duas pessoas no mesmo corpo<sup>14</sup>. Há também os casos de transtorno de identidade, nos quais uma pessoa possui duas ou mais identidades. Entretanto, estes exemplos não ferem a continuidade cerebral, pois o cérebro continua sendo o mesmo fisicamente ou biologicamente.

---

<sup>13</sup> Grifo do autor.

<sup>14</sup> Cf. COSTA, **Limites da identidade pessoal**, p. 08.

### 3.3 Critérios da continuidade física cerebral

Levando em consideração que o critério de continuidade do corpo não satisfaz a questão de como a identidade permanece a mesma ao longo do tempo, passemos ao critério físico da continuidade do cérebro. Esta teoria afirma que mesmo o corpo passando por mudanças drásticas, deixando de ser irreconhecível ao que era antes, a identidade permanece através da continuidade do cérebro da pessoa, pois mesmo o corpo sofrendo mudanças, o cérebro continua o mesmo. Mas assim como a teoria da continuidade corporal possui falhas, a teoria da continuidade do cérebro também possui as suas.

A principal evidência de que a continuidade física do cérebro não constitui condição necessária nem suficiente para a identidade pessoal, se nota ao “pensar no caso de uma pessoa que morre e que tem o seu cérebro extraído e preservado em formol” (COSTA, 2002, p. 10). Se alguém for apresentado a esse cérebro conservado, não se dirá que este indivíduo foi apresentado à outra pessoa, mas este teria que ser o caso se o critério da continuidade cerebral fosse causa determinante para garantir a permanência da identidade pessoal <sup>15</sup>. Outro exemplo possível, segundo Costa (2002), é um experimento mental que consiste em uma pessoa ter o cérebro totalmente modificado, adquirindo assim, um cérebro robótico.

Suponhamos que alguém no futuro, vítima de um tumor cerebral, tenha partes de seu cérebro paulatinamente substituídas por chips de silício com idênticas funções, até que no final o seu cérebro se torne completamente biônico, sem que quaisquer coisas da memória, da personalidade, e de outras características mentais da pessoa tenham sido alteradas. Diríamos que a pessoa continuou a mesma? Sim. Mas o seu cérebro não é o mesmo. Por conseguinte, a continuidade do mesmo cérebro também não é condição necessária à identidade pessoal (COSTA, 2002, p. 11).

Além disso, não existe um centro real da atividade cognitiva do cérebro que afirme a continuidade da identidade, isto é, não há um centro do cérebro a partir do qual tudo passara pela consciência <sup>16</sup>. “Pelo contrário, o Eu que possibilita a unidade e

---

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 10-11.

<sup>16</sup> Cf. Miguens, Sofia. **Passividade e atividade: a Identidade Pessoal à Luz da Filosofia da Mente**, 2003, p. 141.

centralidade da nossa autorreferência é uma representação e um efeito de atividade neuronal centrada” (MINGUES, 2003, p. 141).

Sendo assim, pode-se perceber que nem o critério físico da continuidade corporal, seja ele considerando o corpo como unidade, seja ele um critério substancial; o critério físico da continuidade cerebral não é capaz de explicar a permanência da identidade. Portanto, passemos agora ao critério da continuidade psicológica.

### 3.4 Critérios de continuidade psicológica

O critério da continuidade psicológica consiste basicamente em defender que a identidade pessoal permanece a mesma ao longo do tempo porque existe uma continuidade dos aspectos psicológicos da pessoa, tais como, crenças, desejos, valores, hábitos, lembranças, disposições, e outros.

Esses aspectos psicológicos podem ser melhor entendidos pela psicologia do senso comum, a qual procura explicar o comportamento humano atribuindo-lhes estados mentais dotados de conteúdo. A psicologia do senso comum defende que atitudes proposicionais, tais como crenças, desejos e medos, possuem poderes causais, isto é, possuem um poder de atuação no mundo, influenciando assim, o comportamento.

As modalidades do mental podem ser definidas em quatro categorias:

- (1) sensações, estados mentais que possuem aspectos qualitativos – *qualia*;
- (2) atitudes proposicionais, que são precisamente estados intencionais ou com conteúdos conceituais;
- (3) sentimentos e emoções, alguns desses estados mentais são também atitudes proposicionais e estão associados à *qualia*;
- (4) estados de volição, que são estados de decisão, querer, pretender, que também são atitudes proposicionais <sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Explicação extraída da nota de aula do prof. Paulo Abrantes.

Além das modalidades do mental, há também os critérios do mental. O critério epistemológico que afirma que o conhecimento que se tem sobre os atos, eventos e estados mentais é um conhecimento direto, imediato; a privacidade do conhecimento é exclusivamente do sujeito, no sentido de experiência subjetiva, que também pode ser entendida como *qualia*. A infalibilidade é o critério que afirma que as crenças acerca de nossos próprios estados mentais são sempre verdadeiras, como é o caso da crença de que estou triste quando estou triste, por exemplo, pois a pessoa não pode errar ao acreditar que está em determinado estado mental. A infalibilidade também é um critério epistemológico.

O critério de não espacialidade é uma característica do mental, no sentido de que o mental não tem uma dimensão espacial. E, por último, o critério da intencionalidade, que é a propriedade de certos tipos de estados mentais de serem dirigidos para um objeto que pode existir ou não<sup>18</sup>, implicando e/ou atribuindo-lhe conteúdo. No entanto, alguns filósofos seguem Brentano e afirmam que *todos* os estados mentais são intencionais, mesmo as experiências sensoriais como a dor; é o caso, em particular, de Michael Tye e Tim Crane<sup>19</sup>.

Dentro do critério da continuidade psicológica, pode-se apontar a ideia de unidade fenomênica diacrônica, e a unidade fenomênica sincrônica de Barry Dainton (2008). Essa concepção trata da unidade e continuidade da consciência a partir de fenômenos externos que rodeiam o indivíduo, pois segundo Dainton (2008), a consciência segue um fluxo contínuo<sup>20</sup> e esses fenômenos são responsáveis pela continuidade.

A unidade diacrônica depende da perspectiva do sujeito sobre o mundo, pois ela trata os fenômenos de modo mais geral e abrangente. O indivíduo tendo a experiência de qualquer fenômeno externo pode adquirir uma perspectiva, uma percepção daquele fenômeno, adquirindo para si um conteúdo fenomênico.

A unidade sincrônica, diz respeito a uma experiência unificada, particular, como se tudo que é percebido pelo indivíduo fizesse parte de uma unidade. Neste sentido, há uma restrição do que é experienciado, como, por exemplo, quando se está numa sala de

---

<sup>18</sup> Explicação extraída da nota de aula do prof. Paulo Abrantes.

<sup>19</sup> Ver Michael Tye, **Ten Problems of consciousness**. Cambridge (MA): MIT Press, 1996; Tim Crane, **Aspects of Psychologism**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2014.

<sup>20</sup> Cf. DAINTON, B. **The phenomenal self**, 2008, p. 28.

aula ouvindo o professor falar. Há interferências externas, como barulho de carro, pessoas falando no corredor, o som da chuva, etc.; mas a experiência é a de ouvir o professor falar sobre determinado assunto, ignorando a interferência de outras experiências, havendo assim, uma espécie de filtro. Ou seja, há experiências nas quais o indivíduo não dá atenção e não pensa sobre determinadas particularidades, mas elas acontecem da mesma forma, experiências que são espacialmente relacionadas com outras experiências. A diferença é que com a unidade sincrônica, a experiência fenomênica é percebida de maneira particular e unificada.

Ambas as unidades, por mais que sejam diferentes, não se tornam opostas, pois tanto a unidade sincrônica, como a unidade diacrônica faz parte do que Dainton (2008) nomeou de consciência fenomênica<sup>21</sup>.

A consciência fenomênica é uma consciência subjetiva, pois é interna ao sujeito, já que parte da percepção individual de cada um a respeito do fenômeno em questão. Ou seja, o indivíduo se torna característica da experiência, pois ele é o observador e a testemunha do fenômeno, neste sentido, cada indivíduo possui sua própria experiência particularizada do fenômeno.

Assim, a consciência não é uma coisa e a experiência é outra coisa: trata-se do mesmo fenômeno. Isso significa, por exemplo, que ter uma experiência de “dor” é ter uma experiência consciente. Torna-se, então, redundante falar de “experiência consciente”, pois estamos nos referindo a apenas um fenômeno, a experiência, que também é, em si, consciência (ZILIO, 2011, p. 11-12).

Thomas Nagel em seu texto, *Como é ser um morcego?* colocou o problema da experiência subjetiva de maneira bem pontual, pois, para Nagel (2005)<sup>22</sup>, um organismo é consciente se for cabível perguntarmos como é ser tal organismo, neste sentido, a pergunta que ele se coloca é: Como é ser um morcego? Pois os morcegos percebem o mundo externo por um sistema de sonar, localizando-se pelo eco, “detectando as reflexões dos seus próprios gritos rápidos, sutilmente modulados e de alta frequência, nos objetos ao seu alcance” (NAGEL, 2005, p. 249). A intenção de Nagel aqui é demonstrar que mesmo que se pense sobre como é ser tal coisa, jamais se consegue chegar a uma verdade absoluta. Assim, nunca saberemos como é ser um morcego, pois a experiência subjetiva do morcego é diferenciada da experiência subjetiva de seres

<sup>21</sup> Em inglês: *phenomenal consciousness*. p. 29

<sup>22</sup> NAGEL, T. “Como é ser um Morcego?” - Tradução de Paulo Abrantes e Juliana Orione, 2005.

humanos. Mesmo ao imaginar como é ser outra pessoa que não nós mesmos, é impossível adotar o ponto de vista daquela pessoa, no sentido de que a consciência fenomênica diz respeito a cada sujeito, de maneira individual <sup>23</sup>.

Sendo assim, Dainton (2008) defende uma continuidade por fenômenos, isto é, pela consciência fenomênica, pois os fenômenos constituem o indivíduo, no sentido de lhe atribuir crenças, valores e desejos, de acordo com cada experiência fenomênica subjetiva que um indivíduo teve. Quando um sujeito se deita para dormir e acorda na manhã seguinte, podemos afirmar que ele continua sendo mais ou menos a mesma pessoa, pois as crenças que ele tinha na noite anterior ainda são as mesmas ao acordar, do mesmo modo seus valores morais, seus desejos, medos, etc., ainda permanecem os mesmos.

Como já foi dito anteriormente, valores, crenças, desejos, gostos, inclinações, etc., são disposições mentais. Levando em consideração a ideia de consciência fenomênica de Dainton (2008) e de Nagel (2005), pode-se afirmar que disposições mentais fazem parte da construção da identidade do sujeito, pois o sujeito pode conquistá-las por meio de experiências fenomênicas. Sendo assim, quanto mais uma experiência fenomênica se repete, mais o sujeito internaliza tal disposição; como, por exemplo, quando é possível notar nuvens pretas no céu e, a partir desse fenômeno, deduzir acertadamente que começará a chover. Quanto mais o sujeito experiencia esse fenômeno, mais ele irá internalizar a crença de que quando há nuvens pretas no céu, há uma grande possibilidade de chover. Pode-se afirmar, portanto, que disposições mentais são construídas com a repetição de fenômenos, e desse modo, a identidade permanece pelas disposições mentais.

Porém, a pergunta que se tem que colocar é “Será que é suficiente essa continuidade fenomenal?”, pois mesmo as disposições mentais sendo estáveis, quando se tem um processo de dúvida no que diz respeito a alguma disposição, há uma descontinuidade, ou seja, a crença anterior passa a ser posta em dúvida e neste processo de descontinuidade surge uma nova disposição. Essa nova disposição fica na junção das experiências fenomênicas anteriores - as quais sustentavam a antiga disposição - e das experiências fenomênicas novas - as quais passam a construir uma nova disposição.

---

<sup>23</sup> ZILIO, D. *Consciência verbal, não verbal e fenomênica: uma proposta de extensão conceitual no behaviorismo radical*, 2011, p.12.

Assim, disposições podem mudar, mas somente uma pequena proporção delas de cada vez. De outro modo, a identidade pessoal seria ameaçada.

É nesse sentido que se afirma, por exemplo, que quando se é muito jovem e se tem um determinado gosto musical, pode ser que tenha havido experiências fenomênicas repetidas que fizeram com que a disposição mental “gosto desta música” se construísse. No entanto, não há o que impeça que com o passar do tempo o sujeito deixe de gostar de determinada música, por motivos que são justificados pelas experiências fenomênicas que o sujeito passou e que de alguma forma, se relacionam com aquela música, por exemplo, como um término de um relacionamento com determinada pessoa com a qual se assimilou a música. Assim, o sujeito passa pelo processo de descontinuidade, no qual se adquire uma nova disposição mental ao que diz respeito a gosto musical.

Nesse sentido, os fenômenos não se tornam opostos, ambos andam juntos para a construção de uma nova disposição, e, portanto, também colaboram para a constituição da identidade.

#### **4. Capítulo III**

##### **CONTINUIDADE E CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE PESSOAL**

Neste capítulo será abordada a questão da continuidade da identidade pessoal à luz da teoria de quatro autores, a saber, Locke (2012), Ricoeur (2013), Candau (2016), Hermans (2001). O objetivo aqui é explanar a teoria de cada um deles, a fim de melhor percorrer o assunto discorrido nesse trabalho – identidade pessoal –; também é claro, serão explicitadas as possíveis deficiências que cada teoria carrega no seu bojo, para que ao final, seja possível uma melhor análise destes critérios de continuidade.

Cada autor apresenta uma argumentação diferente no que diz respeito à continuidade da identidade pessoal. Locke, por exemplo, defende que a consciência perfaz a identidade; Ricoeur acredita na identidade narrativa, ou seja, pelo uso estrito da linguagem; Candau, por sua vez, irá defender a ideia de que a continuidade da

identidade só é possível por meio da memória; e por fim, Hermans trará um novo conceito, chamado *self-dialógico*.

A questão da continuidade da identidade é complexa, pois envolve diversos fatores e teorias que tentam explicá-la. Pensar, por exemplo, num tomate antes de se tornar vermelho, ou numa vela antes de sua cera ser derretida <sup>24</sup>; é pensar, de modo intuitivo, que ambos continuam sendo os mesmos, mesmo passando por transformações. Desse modo, o que define a continuidade?

Se for levada em consideração a propriedade dos objetos, é certo afirmar que as alterações ocorridas no objeto envolvem mudanças de propriedades. Ou seja, um objeto possui uma determinada propriedade antes de sua alteração. No entanto, depois da mudança, a propriedade também se altera, se tornando assim, incompatível com a propriedade anterior, pois as propriedades, em certo grau, definem aquilo que os objetos são. Portanto, segundo essa perspectiva, a alteração não seria possível, pois nenhum objeto persistiria através de mudanças <sup>25</sup>.

Não se pode quebrar esse enigma sem rejeitar ou interpretar uma ou outra das reivindicações em questão. Escolher uma ou outra teoria para tentar responder as questões que são colocadas pressupõe a seguinte questão: “Por que essa teoria é mais importante que outra?” <sup>26</sup>, e também se a teoria em questão satisfaz todas as carências do assunto a ser tratado. Portanto, esta etapa trata-se de uma análise mais geral de quatro referenciais teóricos, para que ao cabo, uma análise mais aprofundada seja possível.

#### **4.1 Continuidade da identidade pela consciência**

A questão de como a identidade pessoal permanece ao longo do tempo já foi tratada por muitos autores. Locke talvez tenha sido um dos primeiros filósofos a defender o critério da continuidade psicológica como solução para a permanência da identidade. Para ele, há a existência de um princípio de individuação, o qual chamou de

---

<sup>24</sup> Cf. HASLANGER, S. *Persistence through time*, 2003, p. 315.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 316.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 320.

*principium individuationis* <sup>27</sup>. A aplicação desse princípio depende de uma existência que não é compartilhada por dois seres do mesmo gênero, por isso afirma que “ele é nesse instante, apenas o que é, e nada mais; e enquanto durar sua existência, será o mesmo, e não outro” (LOCKE, 2012, p. 346). Neste sentido, entende-se este princípio de individuação como sendo a identidade pessoal, pois é a partir da identidade que os indivíduos se diferenciam uns dos outros, a ponto de não existir duas pessoas que compartilhem a mesma identidade.

A partir dessa reflexão, Locke (2012) analisa o que a palavra “pessoal” representa, para que seja possível chegar a um argumento plausível que sustente a permanência da identidade pessoal.

Segundo penso, essa palavra representa um ser pensante inteligente, de razão e reflexão, que pode se considerar, em diferentes tempos e lugares, igual a si mesmo, uma coisa pensante - e somente por possuir consciência, que, sendo inseparável do pensar, parece-me essencial a este (LOCKE, 2012, P. 352).

Assim, Locke (2012) defende que é através da consciência que se dá a permanência da identidade pessoal. No entanto, a consciência para Locke possui um sentido de consciência de si, ou seja, “consciência é apenas a consciência de si e de seu passado, é o estar consciente de suas próprias ações e pensamentos passados” (VIANA, 2011, p. 61). Sendo assim, a consciência de si perfaz a identidade pessoal, pois, é por meio dela que se torna possível que uma pessoa se identifique como sendo ela mesma, vez que possui a consciência de seu passado e também consegue se transportar para um futuro, além de atribuir a si mesma suas ações.

A consciência que sempre acompanha o pensar é o que faz, de cada um, o que ele denomina *si* mesmo, distinguindo-se assim, de todas as outras coisas pensantes. A mesmice de um ser racional é, portanto, o que significa *identidade pessoal* (LOCKE, 2012, p. 353).

Porém, o próprio autor encontra uma dificuldade em sua teoria, o esquecimento. Locke (2012) admite que o esquecimento interrompe a consciência, e que ninguém em nenhum momento conscientemente possui a sequência inteira de passado <sup>28</sup>. Entretanto, ele afirma que essa dificuldade não afeta a identidade pessoal, pois “o importante aqui é saber o que perfaz uma mesma *pessoa*, e não se uma mesma substância idêntica pensa

<sup>27</sup> Cf. LOCKE, J. **Ensaio sobre o Entendimento Humano**, 2012, p. 345.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 353.

sempre na mesma *pessoa*” (LOCKE, 2012, p. 354). O autor defende que identidade pessoal não consiste em identidade de substância, e sim de consciência, pois não é possível que uma consciência de ações passadas seja transferida de uma substância pensante para outra<sup>29</sup>.

*Eu é a coisa consciente pensante independentemente da substância, espiritual ou material, simples ou composta, é consciente e sensível de prazer e dor, e que, sendo capaz de felicidade e aflição, se preocupa consigo mesma, na medida da extensão da sua consciência* (LOCKE, 2012, p. 360).

Portanto, uma pessoa é igual a si mesma através da consciência, que assume e atribui todas as suas ações como sendo suas próprias<sup>30</sup>, por esta razão, o Eu se torna objeto de recompensa e punição. Locke (2012) afirma que toda justiça, todo direito de recompensa e punição se dá pela identidade pessoal, pois as leis humanas se baseiam nas ações dos indivíduos, dando consequências a estas ações<sup>31</sup>.

As leis humanas não punem o homem *louco* por ações *sensatas*, nem o *sensato* por ações *loucas*. Isso se explica, em certa medida, no próprio uso da língua, quando dizemos que um homem *não é ele mesmo* ou que está *fora de si mesmo*, termos que insinuam que aqueles que os usam pensam que o eu *mesmo* mudou, e que a pessoa *mesma* não mais estaria no homem (LOCKE, 2012, p. 362).

A punição é anexada à personalidade, que por sua vez está na consciência<sup>32</sup>. Motivo pelo qual Locke (2012) defende que “sem consciência, não há pessoa”, e que a consciência se torna fator determinante da identidade pessoal, pois sem ela, não há como o indivíduo se reconhecer como sendo ele mesmo: “A consciência é o que permite constatar que ele mesmo é o mesmo eu que executou há anos atrás esta ou aquela ação que lhe trouxe felicidade ou aflição” (LOCKE, 2012, p. 366).

A teoria de Locke (2012) parece corresponder a uma explicação da permanência da identidade pessoal, que neste caso, se daria pela autoconsciência. Entretanto, Galvão (2013) chama a atenção para o termo *pessoa* definido por Locke, pois segundo ele, é entendido como um ser pensante dotado de consciência de si, um ser com capacidades racionais. Adotando essa noção da palavra, Galvão (2013) adverte que “temos de

---

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 356.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 361.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 361.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 364.

admitir a realidade de seres humanos que não são pessoas” (GALVÃO. 2013, p. 01), como por exemplo, no caso de bebês recém-nascidos, além da possibilidade de pessoas que não seriam seres humanos, como, deuses, robôs, extraterrestres, etc.<sup>33</sup>.

Galvão (2013) explora algumas perspectivas neo-lockeanas acerca da questão da permanência da identidade pessoal. Uma dessas perspectivas é a de que a memória dá o critério correto acerca da identidade pessoal, pois segundo Locke (2012) uma pessoa se reconhece como sendo ela mesma quando atribui suas ações como sendo suas próprias. Assim, a memória se torna algo essencial para a questão da autoconsciência e, conseqüentemente, para a questão da identidade pessoal. Porém, uma das objeções a essa perspectiva declara que a memória *pressupõe* a identidade pessoal, pois ao afirmar que “necessariamente,  $x = y$  se e só se  $y$  recorda-se de experiências e de ações de  $x$  – ou vice-versa, já se pressupõe que  $x$  é  $y$ , dado que uma pessoa só pode recordar-se das suas experiências” (BUTLER *apud* GALVÃO, p. 02).

Outra objeção em relação à perspectiva neo-lockeana a qual afeta a continuidade psicológica, leva em consideração a necessidade de conexão entre as ocorrências. Thomas Reid propõe um exemplo que atinge diretamente o critério da memória para a questão da continuidade psicológica, conforme segue.

Um velho general recorda-se agora de experiências de um certo soldado, o soldado recordava-se de experiências de uma certa criança. Aplicando a perspectiva lockeana a esta situação, segue-se que o general é o soldado, que o soldado é a criança, mas que o general não é a criança. Dado a identidade transitiva, temos de concluir pela falsidade da perspectiva lockeana (REID *apud* GALVÃO, p. 03).

Esse argumento apresentado por Reid (*apud* Galvão 2013) mostra que não há uma conexão psicológica entre o general e a criança, pois não existe uma conexão de memória direta entre ambos. “Contudo, há uma cadeia de conexões de memória que começa no general e recua às experiências da criança. Isto significa que há continuidade psicológica entre o general e a criança” (GALVÃO, 2013, p. 03). Segundo Parfit *apud* Galvão (2013), a conectividade psicológica é uma questão de grau, ou seja, o indivíduo permanece mais conectado com a pessoa que ele era um ano antes, do que com a pessoa que ele era há dez anos atrás<sup>34</sup>. Portanto, a conectividade psicológica pode ser de grau

---

<sup>33</sup> Cf. GALVÃO, P. **Identidade Pessoal**, 2013, p. 01.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 04.

fraco ou forte, e é a partir deste conceito que Parfit define a continuidade psicológica. Porém, em qualquer perspectiva neo-lockeana, a continuidade psicológica é apenas uma condição necessária para a identidade pessoal, não sendo tomada como determinante para a permanência da identidade.

#### 4.2 Continuidade da identidade pela linguagem

Outra abordagem que tenta argumentar uma explicação para a questão da permanência da identidade é a de Ricoeur. Ele recorre à pragmática linguística para tentar explicar tal questão. Neste sentido, trata do conceito de *mesmidade*, ou seja, a permanência da identidade ao longo do tempo que faz uma pessoa ser ela mesma mesmo sofrendo mudanças; e também do conceito de *ipseidade*, a saber, uma identidade narrativa de si mesmo.

Para Ricoeur, o problema da identidade pessoal se dá pela falta de distinção entre o termo “identidade” (NASCIMENTO, 2009, p. 28), que segundo o autor, possui dois significados, quais sejam, *identidade-idem*, que é sinônimo de mesmidade e que corresponde ao idêntico a uma única e mesma coisa. O segundo significado que o autor estabelece para o termo “identidade”, diz respeito a *identidade-ipse*, ou seja, identidade no sentido de ser idêntico a si. “*Ipse* é o idêntico a si, no sentido de não-estranho, isto é, ser diferente do sentido mutável, porém, isso não quer dizer que a ipseidade venha a se tornar outrem” (RICOEUR apud NASCIMENTO, p. 28).

Dessa forma, há uma distinção entre mesmidade e ipseidade, pois a primeira trata da característica ou condição daquilo que se mantém o mesmo, por outro lado, a segunda trata da individualidade de cada ser. Sendo assim, a cisão que Ricoeur opera no termo “identidade”, o separando em *mesmidade* e *ipseidade* “leva a rejeição da identidade de um indivíduo idêntico a si mesmo na diversidade de seus estados, que poderíamos chamar de *mesmidade pura*” (NASCIMENTO, 2009, p. 29).

A afirmação de que há distinção de termos não corrobora para que sejam opostos, pois os modos de permanência ainda podem se relacionar, vez que há entre ambos uma similaridade, visto que permanecem no tempo. Logo, mesmidade e ipseidade não são

dois modos de identidade separados, mas sim, dois modos que interagem e que se constituem mutuamente numa real dialética<sup>35</sup>.

Começemos então a tratar do conceito de mesmidade, segundo Paul Ricoeur. Para o autor, “a mesmidade é definida como sendo um conceito de relações entre modalidades que a compõe” (NASCIMENTO, 2013, p. 29). Neste sentido, serão tratadas quatro modalidades que fazem parte da composição da mesmidade, a saber, identidade numérica; identidade por semelhança extrema; continuidade ininterrupta e a permanência no tempo.

A identidade numérica aponta o indivíduo como sendo ele mesmo, assim, o fator determinante seria a unicidade. Para exemplificar este conceito, é possível pensar em um objeto que é referido por um nome invariável da linguagem, como cadeira ou garrafa. Ou seja, mesmo existindo diversas ocorrências desses objetos, eles continuam sendo os mesmos objetos e não outros, os quais foram identificados anteriormente como sendo eles mesmos e posteriormente são somente reidentificados. Porém, é importante salientar que a identidade numérica não leva em consideração a mudança temporal nas ocorrências dos objetos <sup>36</sup>.

A segunda modalidade que compõe a mesmidade é a identidade por semelhança extrema, ou seja, x e y são idênticos um ao outro. A identidade por semelhança extrema leva em consideração o fator aparência, assim, se x se parece em tudo com y, então, x e y, são idênticos, e, portanto, são as mesmas coisas. Por exemplo, quanto a um livro lançado que reproduz diversas cópias, não temos dúvidas de que se trata do mesmo livro, pois todos os livros possuem o mesmo conteúdo, a mesma capa, a mesma editora e o mesmo autor. “Desta maneira, ainda que troquemos um pelo outro, em virtude de sua semelhança, não temos perda semântica, portanto falamos de uma identidade por similitude extrema” (NASCIMENTO, 2013, p. 30). A identidade por semelhança extrema também pode ser chamada de identidade qualitativa - como já foi mencionado anteriormente -, ou seja, coisas diversas que ocupam espaços distintos, mas que possuem as mesmas qualidades.

Entretanto, a identidade por semelhança extrema possui uma fragilidade por não considerar a distância temporal, pois com o passar do tempo os critérios de identificação

---

<sup>35</sup> Cf. NASCIMENTO, C. **Identidade pessoal em Paul Ricoeur**, 2009, p. 29.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 30.

por semelhança podem ser fracos. É o que ocorre no caso dos livros após dez anos de seu lançamento, pois não será possível afirmar que todos os livros continuam idênticos em termos de semelhanças. As folhas de alguns podem estar amareladas pelo tempo ou grifadas, enquanto outros podem ter conservado sua aparência original. Nesse caso, não se pode afirmar que x e y continuam sendo os mesmos objetos depois de uma distância de tempo percorrida entre eles.

A continuidade ininterrupta é a terceira modalidade que compõe a mesmidade. Este critério de continuidade trata do “primeiro ao último estágio daquilo que nomeamos como sendo o mesmo indivíduo” (NASCIMENTO, 2013, p. 30). A identidade da continuidade ininterrupta pressupõe que há uma permanência do mesmo objeto, porém, que este mesmo se altera sem agredir a continuação de sua identidade. Um exemplo proposto por Ricoeur (*apud* Nascimento 2013) auxilia a explicação deste critério; o desenvolvimento de uma semente até seu estado de árvore adulta, ou seja, a identidade permanece em todos os estágios da vida da semente até ela chegar ao seu desenvolvimento final.

Assim, esta continuidade se vincula ou substitui a semelhança extrema. Vincula-se se considerarmos que a continuidade ininterrupta preserva a semelhança extrema de um estágio ao outro, e substitui se pensarmos que a continuidade ininterrupta possui uma ideia de substrato que permanece o mesmo, porém se altera sem romper com este tipo de identidade (RICOEUR *apud* NASCIMENTO, 2013, p. 30).

Ainda assim, o tempo passa a ser um fator comprometedor para a identidade ininterrupta, pois há um afastamento de um estágio a outro. Ricoeur *apud* Nascimento (2013) alega que este problema estaria resolvido se for adicionado *um princípio de permanência no tempo*, tal como um código genético, que permanece o mesmo, garantindo, assim, uma organização de reidentificação do mesmo. “Assim, embora não se possa observar este princípio de permanência, ao mesmo tempo é posto à mostra pela identidade numérica, pois na operação de identificação reidentifica-se o mesmo n vezes” (RICOEUR *apud* NASCIMENTO, 2013, p. 31).

No entanto, se levarmos em consideração um código genético como princípio de permanência no tempo, como o DNA, por exemplo, serão colocadas novas questões sobre este princípio. Uma das possíveis questões é de que antes da descoberta do DNA, que se deu a partir do século XX, as pessoas já se apoiavam numa noção de identidade

peçoal, no sentido de reconhecer outras pessoas como sendo elas mesmas, mesmo não tendo noção do fator genético. Outro exemplo possível é o da clonagem que ocorreu com a ovelha Dolly, é correto afirmar que a ovelha clonada possui o mesmo código genético que a ovelha Dolly, mas dificilmente serão encontradas pessoas que afirmariam que se trata da mesma ovelha inicial somente pelo fato de ambas possuírem o mesmo DNA <sup>37</sup>.

Logo, pode-se perceber que mesmo se tratando dos critérios da mesmidade, encontram-se empecilhos em se afirmar uma permanência no tempo, porém, não deixará de ser notado que apesar do fator temporal, a mesmidade possui traços que permitem reidentificar aquilo que é dito ser o mesmo.

A *ipseidade*, diferentemente da mesmidade, corresponde à identidade de si, ou seja, ela se relaciona com uma “adscrição<sup>38</sup> de um agente às suas ações” (NASCIMENTO, 2013, p. 31). A adscrição consiste nas ações intencionais de seu agente. O agente possui sempre um leque de possibilidades, de efeitos e de consequências que o permitem deliberar em suas ações. Dessa forma é na reapropriação da decisão que consiste a adscrição <sup>39</sup>. Assim, se considera que a ação é a posse daquele que a pratica, ou seja, a ação pertence ao seu agente, portanto, a *ipseidade* tem a intenção de designar a um eu próprio no sentido reflexivo do termo.

Se a *ipseidade* trata da individualidade de cada ser, segundo Ricoeur apud Nascimento, (2013), a questão que está relacionada à *ipseidade* é a questão “*Quem?*”. Pois quando se tem um agente que pratica determinada ação, a questão que se coloca é “*Quem fez isto?*” <sup>40</sup>. Neste sentido, há uma relação estrita entre *ipseidade* e ação.

A denominação *si* possui a função de agrupar todas as três pessoas gramaticais, - eu; tu; ele/ela -, em um único tempo que responde a pergunta “*Quem fez isto?*”. Ou seja, sendo o *si* um designador das pessoas gramaticais, ele pode se referir tanto a um *Eu*, como a *ti* e a *si* <sup>41</sup>. Sendo *si*, um pronome reflexivo - um pronome pessoal -, ele assume um caráter de objeção ao que diz respeito ao sentido de adscrição do “*si - pse*”, pois a adscrição possui um caráter específico na atribuição do vínculo entre ação e agente, ou

<sup>37</sup> Cf. VIANA, C. **O enigma filosófico da identidade pessoal**, 2011, p. 30.

<sup>38</sup> Ricoeur define adscrição como sendo uma ação intencional.

<sup>39</sup> Cf. SILVA, S. **O contributo da comunicação para a constituição de “si-mesmo”**, São Paulo.

<sup>40</sup> Cf. NASCIMENTO, C. **Identidade pessoal em Paul Ricoeur**, 2009, p. 32.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 37.

seja, um caráter de ação intencional em que o próprio agente designa sua ação. O si como pronome de terceira pessoa se torna um fator inibidor dessa teoria da *ipseidade*.

Ricoeur (*apud* Nascimento 2013), a fim de tentar estabelecer uma ampla designação do pronome “si”, apresenta a expressão composta “si-mesmo”. No entanto, o termo “mesmo” recorre ao conceito de mesmidade e, de acordo com o próprio Ricoeur, mesmidade possui um significado de ser “a mesma coisa”, o que por consequência, fere o sentido de adscrição como sendo uma ação intencional praticada por um dos pronomes ao qual o si se refere. Entretanto, o autor expressa que se faz necessário extrair a reflexividade do mesmo - *ipse* - da identidade do mesmo - *idem*.

Porém, Ricoeur escapa da armadilha do sentido de “mesmo”, enquanto idêntico, dizendo que “a reflexividade própria da ipseidade aparece também disfarçada pela função de simples insistência do mesmo, na expressão *mim mesmo, tu mesmo, ele mesmo*”, como, de fato, apresenta o termo latino *ipse* (NASCIMENTO, 2013, p. 37).

Em relação ao modo de permanência da *ipseidade*, Ricoeur *apud* Nascimento (2013) afirma que o “estimar-se a si é o desejo de manutenção de si”. O desejo de uma vida realizada cujas ações são de caráter intencional pautado em ações refletidas, como o projetar-se em termos futuros, assumindo no presente uma possibilidade de um “outro que ‘eu’ serei ulteriormente” (RICOEUR *apud* Nascimento, p. 38). Neste sentido, o *Quem* da ação é o agente, pois há uma conectividade estrita entre o agente, a ação e o discurso, o qual fornece o sentido da identidade narrativa, pois a singularidade do ser humano está na capacidade de se comunicar a si próprio. É através do discurso, portanto, que o agente da ação se identifica, anunciando suas ações passadas e a pretensão de ações futuras. Este conceito se torna oposto ao conceito de predicação, em que o sujeito se constitui pelos seus predicados que lhe são atribuídos – na forma S é P –, e conseqüentemente reduz a noção de pessoa ao seu conjunto de predicados <sup>42</sup>.

A partir destas discussões sobre mesmidade e *ipseidade*, as quais fazem parte da significação do termo “identidade”, pode-se tratar a questão de acordo com o modo de permanência no tempo. Para Ricoeur, as pessoas ao se referirem a si mesmas dispõem de dois modos de permanência, a saber, o caráter e a palavra dada.

---

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 39-40.

Sobre a noção de caráter, Ricoeur apud Nascimento (2013) afirma que é através do caráter que se agrupa todas as quatro modalidades da mesmidade - identidade numérica; identidade qualitativa; continuidade ininterrupta e a permanência no tempo -, sendo possível conferir a mesmidade ao indivíduo. “A noção de caráter deve ser entendida como as marcas distintivas que permitem reidentificar um indivíduo humano como o mesmo” (RICOEUR apud NASCIMENTO, 2013, p. 41). Ou seja, o caráter é o que torna a pessoa semelhante com ela mesma, garantindo assim sua permanência, pois é possível mudar de lugar, mudar as crenças, mas segundo o autor, não é possível alterar o caráter <sup>43</sup>, enquanto, por outro lado, o caráter também pode ser diferenciador entre as pessoas.

“No entanto, essa imutabilidade do caráter é de um gênero bem particular, ela é entendida como *disposição adquirida*, o que possibilita falarmos da dimensão *temporal* do *caráter*. Aí a *mesmidade* e *ipseidade* estão relacionadas” (NASCIMENTO, 2013, p. 41).

Essa abordagem do *caráter* como *disposição adquirida* se conecta com a noção de hábito, como em via de ser contraído, e de hábito já adquirido. O resultado dessa nova via será uma história conferida ao *caráter*, que implica na sedimentação do *caráter* e, por conseguinte, o recobrimento do *ipse* pelo *idem* (NASCIMENTO, 2013, p. 41).

O caráter coloca o indivíduo em relação a ele mesmo, fato que marca a *ipseidade*, mas também se apresentando como *idem* <sup>44</sup>. Assim, os hábitos adquiridos ou construídos, são chamados de disposições duráveis por Ricoeur, pois, segundo ele, as disposições adquiridas se estabelecem e se estabilizam por meio das preferências e predileções, fazendo com que a pessoa se reconheça e se identifique com certas disposições e não com outras. “É na noção de caráter, para a qual convergem esses critérios identitários, que se encontram a permanência de estrutura, as marcas distintivas e, finalmente, as disposições adquiridas” (RICOEUR apud NASCIMENTO, 2013, p. 42).

Sobre a questão da permanência pela palavra dada, é necessário entender o que o autor quer dizer com “palavra dada”. De acordo com Ricoeur, palavra dada diz respeito à promessa, “por meio do qual o outro dá crédito à fidelidade da palavra dada na medida

---

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 41.

em que esta é a manutenção ética da promessa. Assim, *ipse* e *idem* deixam de se entrecruzar, e a *ipseidade* se abre para a *alteridade*” (RICOEUR apud NASCIMENTO, 2013, p. 42). Portanto, Ricoeur vê no ato da fala da promessa comprometer-se em fazer o que foi dito, ou seja, comprometer-se com outra pessoa; assim, há no ato de fala um alcance que conduz o locutor à ética.

Ademais, a promessa inscreve-se entre as capacidades que qualificam a fenomenologia do homem capaz, em suma, como capacidade de agir. Prometer é tomar uma iniciativa, isto é, a iniciativa de fazer aquilo que o ato de promessa responsabiliza o locutor a fazer. Dado que a iniciativa implica responsabilidade, resulta que prometer é responsabilizar-se (RICOEUR apud NASCIMENTO, 2013, p. 43).

Austin (1990), assim como Ricoeur, defende o caráter da promessa como sendo constitutiva da identidade. Para ele, a promessa é um termo performativo e mesmo quando há uma “promessa de má-fé”, ela não deixa de ser promessa.

É apropriado que a pessoa que profere a promessa tenha uma determinada intenção, a saber, a intenção de cumprir com a palavra. (...) Não é verdade que quando tal intenção está ausente nós falamos de uma "falsa" promessa? E, no entanto falar assim não é dizer que o proferimento "Prometo que..." seja falso, no sentido de que, embora a pessoa afirme que promete, não o faz, ou que ao descrever o que está fazendo dê uma descrição distorcida. Pois a pessoa realmente promete: a promessa aqui não é sequer vã, embora feita de má-fé. O proferimento talvez seja desorientador, provavelmente fraudulento e sem dúvida, incorreto, mas não é uma mentira nem um engano (AUSTIN, 1990, p. 28).

Desse modo, a permanência no tempo da *ipseidade* se dá através da palavra dada pois, segundo Ricoeur, manter-se a si é manter-se fiel a palavra dada <sup>45</sup>. Assim, a manutenção de si pela palavra dada carrega um conceito ético existencial e não apenas um conceito de identidade categorial.

A identidade do si, a *ipseidade*, entrecruza-se com aquela do mesmo (mesmidade), precisamente, na permanência no tempo, a saber: a preservação do caráter e a manutenção de si pela palavra empenhada. O caráter enquanto constância de disposições que permitem reidentificar o si como o mesmo no decorrer do tempo e a manutenção das promessas feitas como forma de manutenção de si (NASCIMENTO, 2013, p. 63).

---

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 43.

A partir destes conceitos de caráter e palavra dada, como características de modo de permanência, se tem o que Ricoeur aponta como sendo a identidade narrativa, a qual, segundo o autor, seria uma solução para o problema da identidade pessoal. A identidade narrativa é “uma identidade dinâmica que configura narrativamente a identidade do mesmo e a diversidade da ipseidade” (NASCIMENTO, 2013, p. 64).

Sendo assim, é o personagem quem faz a ação na narrativa. A identidade narrativa é a identidade do personagem, no sentido de que a vida é vivida e a história é narrada, “a vida precede a composição de uma narrativa, mas, essa vida considerada na unidade de uma narrativa é igualada as histórias que são contadas a respeito dela” (NASCIMENTO, 2013, p. 64).

Ricoeur aponta que na questão da permanência da identidade entre a oposição da mesmidade do caráter e a manutenção de si na promessa da palavra dada, se tem um intervalo de sentido, sendo este último o terreno que a identidade narrativa ocupa. Dessa forma, o intervalo não corresponde a um terceiro elemento que medeia a mesmidade e a *ipseidade*, mas, antes disso, proporciona a relação dialética entre permanência e mudança. Ou seja, mesmidade e *ipseidade* se relacionam dialeticamente por meio da identidade narrativa <sup>46</sup>.

A pessoa é compreendida como a personagem da narrativa, portanto a pessoa não é distinta de “suas” experiências. Isso quer dizer que os acontecimentos, os quais a pessoa experimenta, são configurados pela narrativa resultando em uma história relatada que teve origem na identidade dinâmica da personagem, por vezes ameaçada, mas nem por isso solapada (NASCIMENTO, 2013, p. 66).

A narrativa constrói a identidade da história relatada e, por conseguinte, a identidade da história faz a identidade do personagem. Assim, a conexão entre tempo e identidade é operada pela narrativa. Essa afirmação corresponde à noção de que as narrativas contadas ao longo da vida fornecem sentido aos acontecimentos que se tem a experiência<sup>47</sup>. Ou seja, através do personagem narrando a história de sua vida e colocando os acontecimentos experienciados a reflexão, se chega a uma descoberta de si mesmo, descoberta de sua identidade.

---

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 73.

Assim, Ricoeur defende que é através da identidade narrativa, construída pelo sujeito da ação, que se constitui a identidade pessoal. Ainda, é através da palavra dada que se faz a permanência do eu. Por último, através do sentido de promessa a responsabilidade com o outro se faz possível a manutenção de si. No entanto, a identidade narrativa não se torna uma resposta definitiva à identidade pessoal, ao pensarmos no processo psicanalítico de cura, que consiste em substituir narrativas insuportáveis e inteligíveis por narrativas suportáveis e coerentes, a fim de que o paciente se reconheça em sua narrativa e cure um trauma específico. Neste sentido, a narrativa do sujeito pode ser imaginativa, não correspondendo necessariamente a experiências reais, sendo assim, levando a questão de que a identidade do sujeito, por ser fruto de uma identidade narrativa imaginativa, poderia ser uma identidade performática <sup>48</sup>.

Outra questão que se coloca diz respeito à separação entre a *ipseidade* e a mesmidade quando se trata da permanência no tempo, pois a manutenção de si só ocorre pela palavra dada, ou seja, no ato de se comprometer com sua alteridade. A manutenção da promessa depende dos hábitos preservados no caráter (mesmidade), pois é pelo caráter que se tem a identificação de si com disposições adquiridas. Entretanto, Ricoeur afirma que no caráter a mesmidade e a *ipseidade* se mesclam numa relação dialética, mas que por outro lado, na manutenção de si pela palavra dada só há a ação da *ipseidade*, havendo dissociação da mesmidade.

Ainda assim, a teoria entra em contradição, pois é através do caráter - que é uma expressão da mesmidade -, que a identificação com valores torna-se uma manutenção de si. Portanto, a desvinculação que Ricoeur faz entre caráter e manutenção de si entra em colapso. Além disso, ele afirma que o caráter não pode ser alterado e que somente disposições como crenças, desejos e predileções se alteram. No entanto, o caráter também é uma disposição mental, pois se for levado em conta a teoria da consciência fenomênica (tratada na sessão 3.4), pode-se afirmar que o caráter é construído por repetições de fenômenos sincrônicos e diacrônicos, e que se tratando, portanto, de uma disposição, ele pode sim sofrer um processo de descontinuidade e ser alterado.

Assim, a teoria da identidade narrativa de Ricoeur, mesmo sendo uma teoria que traz novidades acerca do problema da identidade pessoal, falha no que diz respeito à

---

<sup>48</sup> Performática no sentido teatral, ou seja, uma identidade fingida.

permanência da identidade pessoal. Ainda assim, não seria absurdo concordar em parte com a teoria de Ricoeur, pois a cisão da identidade em *ipseidade* e mesmidade é sustentável e corroboram para explicar o que é a identidade.

### 4.3 Continuidade da identidade pela memória

Se trata de uma vertente teórica que tenta explicar a permanência da identidade pela memória. Bergson (1999) mesmo não tendo a identidade pessoal como objetivo central de seus estudos contribuiu com esta problemática tratando de aspectos teóricos, como é o caso da memória. Neste sentido, Bergson (1999) diz que as imagens passadas podem se conservar de duas maneiras diferentes, a saber, por mecanismos motores e por lembranças independentes <sup>49</sup>. Os mecanismos motores conservam as imagens passadas que se tem das coisas pelo hábito, como andar de bicicleta, por exemplo, pois no início o seu mecanismo não está habituado ao instrumento, no caso a bicicleta, fazendo-o cair e perder o equilíbrio; no entanto, através da repetição do andar de bicicleta todos os dias o mecanismo motor grava este hábito, por esta razão se torna automático andar de bicicleta mesmo que se fique dez anos sem andar, pois o mecanismo motor já possui a memória gravada pelo hábito.

Como o hábito, ela é adquirida pela repetição de um mesmo esforço. Como o hábito, ela exigiu inicialmente a decomposição, e depois a recomposição da ação total. Como todo exercício habitual do corpo, enfim, ela armazenou-se num mecanismo que estimula por inteiro um impulso inicial, num sistema fechado de movimentos automáticos que se sucedem na mesma ordem e ocupam o mesmo tempo (BERGSON, 1999, p. 86).

As lembranças independentes, por outro lado, não possuem características do hábito, pois é como se sua imagem se imprimisse de imediato na mente, sem precisar de uma repetição para poder recordá-la. É como um acontecimento da vida, por exemplo, não é necessário repeti-lo para que seja possível relembrá-lo, o acontecimento surge e

---

<sup>49</sup> Cf. BERGSON, H. *Matéria e Memória*, 1999 p. 84.

fica gravado na memória, fazendo com que a lembrança de tal acontecimento possa surgir espontaneamente, de forma independente <sup>50</sup>.

A imensa maioria de nossas lembranças tem por objeto os acontecimentos e detalhes de nossa vida, cuja essência é ter uma data, e conseqüentemente, não se reproduzir jamais. As lembranças que se adquirem voluntariamente por repetição são raras, excepcionais. Ao contrário, o registro, pela memória, de fatos e imagens únicos em seu gênero se processa em todos os momentos da duração (BERGSON, 1999, p. 90).

Levando em consideração estes dois modos de memória que Bergson (1999) aponta, poder-se-ia dizer que a memória garante a permanência da identidade pessoal, pois hábitos repetidos influenciam as disposições psicológicas, tais como crenças; desejos; aflições; etc., além disso, as lembranças independentes de acontecimentos vividos reforçam a identidade, e poderiam muito bem constituí-la, garantindo assim, a permanência no tempo.

Para Candau (2016), a memória possui três manifestações, a saber: protomemória, a memória de alto nível, e a metamemória. A protomemória se assemelha ao conceito de memória pelo mecanismo motor de Bergson (1999), ou seja, pelos hábitos. É uma memória adquirida voluntariamente. “A protomemória, de fato, é uma memória “imperceptível”, que ocorre sem tomada de consciência” (CANDAU, 2016, p. 23). Nesse sentido, Candau (2016) afirma que a protomemória possui um papel fundamental, como por exemplo, para as múltiplas aprendizagens adquiridas na infância, assim como para memórias gestuais, no que diz respeito ao modo de andar e de gesticular. Sendo assim, o passado não é representado pela protomemória, mas está presente agindo nas disposições que ele produziu <sup>51</sup>. A protomemória ou a memória por mecanismos motores é uma memória básica porque trata de movimentos adquiridos através da repetição.

A memória de alto nível, por sua vez, se assemelha com o conceito de lembrança independente de Bergson (1999), no sentido de que é uma memória de recordação de eventos, acontecimentos biográficos ou não. “A memória de alto nível é essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento” (CANDAU, 2016, p. 23), ou seja, se

---

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 86.

<sup>51</sup> Cf. CANDAU, J. **Memória e Identidade**, 2016, p. 22-23.

trata de uma memória involuntária que não se reproduz através de hábitos, como é o caso da protomemória.

A metamemória diz respeito à representação que cada indivíduo faz de sua própria memória e, por outro lado, ao que o indivíduo diz dela, isto é, “cada um de nós tem uma ideia de sua própria memória e é capaz de discorrer sobre ela para destacar suas particularidades, seu interesse, sua profundidade, ou suas lacunas” (CANDAUI, 2016, p. 24). Então, a metamemória é uma reflexão individual de sua própria memória.

A partir destas definições de memória feitas por Candau (2016), o autor irá defender a ideia de que é por meio da memória que se constitui a identidade, assim como a consciência de si, pois, para ele, cada ser humano constrói ao longo do tempo sua identidade. Portanto, a memória se torna um fator primordial para a construção dessa identidade.

De fato, é o conjunto da personalidade de um indivíduo que emerge da memória. Origem o sentimento de continuidade temporal, condição necessária da representação do Eu (...), ela é, desse ponto de vista, bem mais eficiente que as simples sensações: é da duração ou da repetição destas que nasce a consciência de si (CANDAUI, 2016, p. 61).

Diferentemente de Locke, que acreditava que a consciência de si era construída pela ação e, conseqüentemente, construída pela identidade pessoal. Candau (2016) faz o caminho inverso, pois ele afirma que é através da repetição da memória que se constrói a consciência de si e a identidade pessoal. Nesse sentido, a protomemória, a memória de alto nível e a metamemória possuem um papel definidor da identidade e da autoconsciência.

Sem sua memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Não produz mais do que um sucedâneo de pensamento, um pensamento sem duração, sem a lembrança de sua gênese que é a condição necessária para a consciência e o conhecimento de si (CANDAUI, 2013, p. 60)

Candau (2016) defende que é a partir da memória que se tem a permanência no tempo da identidade pessoal, pois a função da memória é a “conservação automática” de acontecimentos, valores e condutas. Assim, é “através da memória que o indivíduo

capta e compreende continuamente o mundo, conferindo-lhe sentido” (CANDAU, 2016, p. 61).

No entanto, Candau (2016) mostra que há um caráter ambivalente na memória como objeto identitário, no sentido de que um indivíduo pode carregar lembranças traumáticas que colocariam em risco a imagem que se faz de si mesmo, pois assim a lembrança pode organizar ou desorganizar a construção de uma imagem satisfatória de si próprio <sup>52</sup>.

Apesar disso, defender que é pela memória que a identidade permanece traz consigo alguns problemas, como por exemplo, o caso de amnésia. Seria correto afirmar que uma pessoa que não se recorda de fatos e eventos não possui uma identidade? Mesmo levando em consideração de que terceiros atribuem uma identidade a esse sujeito. Candau (2016), na tentativa de contornar esse problema, afirma que sem memória não há identidade. Mas tal afirmação é contra intuitiva aceitar.

É muito verdadeiro que minha recordação de que eu fiz determinada coisa é a evidência que eu tenho de que eu sou a pessoa idêntica a quem fez isso. E isto, estou inclinado a pensar, o Sr. Locke quis dizer. Mas dizer que minha recordação de que eu fiz determinada coisa, ou minha consciência, faz de mim a pessoa que fez isso, é no meu modo de entender, um absurdo grande demais para ser concebido por qualquer homem que atende para o significado disto. (REID *apud* VIANA, 2011, p. 63).

Levando em consideração a ideia de Reid *apud* Viana (2011), pode-se entender que a continuidade da memória, seria uma característica da identidade pessoal e, sendo assim, não teria a propriedade de causa nem de garantia da continuidade da identidade.

---

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 64.

### 4.3 Continuidade da identidade pelo *self-dialógico*

Neste momento, cabe tratar a permanência e constituição da identidade pessoal pelas lentes de Hermans *apud* Moreno (2015), que defende a teoria do *self-dialógico*. Esta abordagem “centra-se em propor o diálogo e a mútua constituição entre cultura e sujeito, reconhecendo-se a singularidade dos indivíduos e seu caráter histórico-cultural” (MORENO, 2015, p. 05). Assim, há uma dinâmica entre o indivíduo e o ambiente no qual ele está inserido, no sentido em que o ambiente modifica o indivíduo, e o indivíduo, por sua vez, modifica o ambiente; causando assim, uma transformação contínua entre ambos.

Por dialogicidade referimo-nos ao facto de cada ser humano estar em constante ato de endereçamento comunicativo com outros. Assim, a metáfora do diálogo permite-nos situar ontologicamente a nossa existência (somos seres humanos em relação com outros seres humanos e com um mundo envolvente), quer para situar a nossa condição epistêmica (o conhecimento e a sua possibilidade joga-se sempre entre dois seres em diálogo, um Eu e um Outro) (D’ALTE et al, 2007, p. 14).

Na teoria do *self-dialógico*, o sujeito se posiciona e se reposiciona em relação a uma alteridade, ou seja, o outro também se torna parte desse diálogo entre essas relações simbólicas. Assim, pode-se dizer que há três principais princípios que perpassam a teoria do *self-dialógico*, a saber, o princípio de alteridade; princípio contextual e o princípio dinâmico.

O princípio de alteridade se torna indispensável, pois é a partir dele que todo significado de conhecimento é co-construído através do endereçamento de diferentes tipos de comunicação e relação com o Outro (D’ALTE et al, 2007, p. 15). É através da alteridade que se faz possível o estabelecimento de uma “contínua relação de tensão e diferença entre os interlocutores, que possibilita ao ser humano a constituição e esclarecimento da sua própria posição e existência pessoal, através da assimilação e consciência da posição do Outro” (D’ALTE et al, 2007, p. 15).

O princípio contextual diz respeito ao contexto sociocultural no qual o sujeito está inserido, pois a identidade pessoal vai se moldando em parte pelo contexto

históricossocial do qual o indivíduo faz parte. Assim, qualquer relação dialógica que seja estabelecida estará ancorada a um contexto social<sup>53</sup>.

O desenvolvimento não é necessariamente resultado direto de intervenções culturais, pois o sujeito pode ativamente (e com sucesso) contrabalançar ou resistir aos esforços de promoção de mudanças impostas pelos outros. O sujeito ativo consegue agir sobre a realidade e criar mecanismos de transformação para encarar os desafios de seu curso de vida, ou seja, existe uma co-construção cultural bidirecional entre sujeito e contexto cultural (MORENO, 2015, p. 06).

O princípio dinâmico, por sua vez, consiste no processo de transformação e regeneração de substâncias, bem como, aos processos mentais, sendo assim, um processo dinâmico é de constante organização e reorganização dialógica.

Assim, todo o processo de criação de significado e de construção da existência pessoal pode ser descrito à luz destes processos dinâmicos de constante transformação, através de um processo contínuo de identificação e reconstrução de si mesmo, que se torna possível através da constante tensão criada no espaço comunicacional que é estabelecido na relação dialógica com o Outro (D'ALTE et al, 2007, p. 16).

A partir destes princípios, Hermans apud D`Alte (2007) efetuou um modelo identitário, em que o auto reconhecimento identitário se dá por meio de co-construção de auto narrativas, isto é, “o ato de narrar uma ação fundamental que permite construir um sentido coerente de si mesmo e estabelecer uma continuidade ao longo do tempo” (D'ALTE et al, 2007, p. 18). Nesse sentido, Hermans e colaboradores, a partir da síntese de ideias de James, Mead e Bakhtin, estabelecem que haja uma multiplicidade de posições do *self*, pois o eu pode se mover de uma posição para outra, não ocupando somente uma narrativa, pois estas posições criam-se em torno de experiências intersubjetivas, nas quais o domínio pessoal está estritamente ligado ao contexto social e cultural na relação dialógica que ambos estabelecem com o sujeito, assim como a relação do sujeito com uma alteridade.

*A Teoria do Self Dialógico* propõe que, nos indivíduos, coexistem diferentes posições de Eu (*I-Positions*) que, ao mesmo tempo, estão constituídas por vários ‘selves’ que emergem das relações estabelecidas entre o sujeito e o

---

<sup>53</sup> Cf. D'ALTE, I. Et al. **Self dialógico: um convite a uma abordagem alternativa ao problema da identidade pessoal**, 2007, p. 16.

contexto social. Assim, o *Self* se configura a partir de “Eu” (instância ativa) e seu respectivo “*self*” (instância reflexiva). Essas posições dialogam entre si e podem ser inferidas a partir das múltiplas vozes presentes nas narrativas do sujeito (MORENO, 2015, p. 22).

Portanto, um indivíduo carrega consigo diferentes posições de si, posições estas que podem ser externas ou internas e que se relacionam e funcionam de modo autônomo, no sentido de que cada posição possui um papel identitário em um contexto específico. As posições internas podem ser relacionadas a papéis sociais, como por exemplo, “Eu como filha”, “Eu como aluna”, “Eu como professora”; por sua vez, as posições externas “são experimentadas como parte do ambiente e consideradas pelo indivíduo, da perspectiva das posições internas, como relevantes” (MORENO, 2015, p. 22).

Os padrões de posições internas e externas emergem das interações entre as pessoas e o mundo. Dependendo da alteridade com a qual o indivíduo está se relacionando, certas posições internas têm maior ou menor carga em relação à posição externa. Por exemplo, uma posição ‘Eu-Inteligente’ (interna) pode ter uma carga maior em relação aos meus colegas de sala de aula, mas uma menor carga em relação a meus professores. Essas diferenças são geradas pela natureza contextualizada dos processos de posicionamento, nos quais uma posição interna é mais ou menos destacada em relação a uma posição externa particular, e vice-versa (HERMANS apud MORENO, 2015, p. 22)

Desse modo, D’Alte et al (2007) defende que a permanência da identidade se torna possível através da relação que é estabelecida entre o indivíduo com seus múltiplos posicionamentos, e, também, por meio do diálogo que é composto entre sujeito e ambiente social. “Tornamo-nos capazes de nos reconhecer, não porque sejamos sempre os mesmos, mas porque nos tornamos os mesmos no ato de nos tratar a nós mesmo como se de um outro se tratasse” (D’ALTE et al, 2007, p. 27).

Dessa forma, é possível perceber com a teoria do *self-dialógico* a permanência da identidade pessoal no tempo, assim como sua construção não se dá somente por um critério separado dos demais, mas, ao contrário, por diversos critérios que se relacionam num diálogo dialético que constroem e que são construídos pela ação do indivíduo.

## 5. CONCLUSÃO

É possível concluir com este trabalho que o problema da permanência da identidade pessoal se estende desde o período da filosofia antiga, com Aristóteles até o período Medieval, com Tomás de Aquino e, se arrasta até os tempos atuais.

Não obstante, muitas são as discussões que perpassam este assunto, entre as principais se destaca a permanência da identidade pela substancialidade, a continuidade da identidade e sua constituição. Dessa forma, pode-se notar que esse trabalho procurou destacar alguns aspectos dessas diversas reflexões filosóficas acerca desse tema que é tão abrangente e que faz parte do cotidiano de qualquer pessoa, mesmo que não se perceba de imediato.

Para tanto, foram tratados critérios de substancialidade física e mental. Ambos possuem suas deficiências, pois não respondem os questionamentos propostos pela temática da identidade pessoal. O critério físico de substancialidade não leva em consideração questões específicas da identidade, tais como a personalidade, desejos, valores morais, entre outros. O critério substancial da mente, por sua vez, cai num dualismo de substâncias, pois como seria possíveis duas substâncias opostas e diferentes dividirem uma mesma propriedade? Cabendo lembrar que o maior precursor do dualismo de substância foi Descartes (1996), com a sua teoria cartesiana que separa coisa extensa da coisa pensante.

No entanto, um modo de resolver esses questionamentos que cercam a identidade pessoal, seria pensar a identidade como continuidade e não como uma única substância. Nesse sentido, foram abordados critérios de continuidade física e psicológica. O critério psicológico que mais chega perto de responder a questão da continuidade da identidade é o critério da consciência fenomênica, no entanto, não se pode afirmar que a continuidade da identidade se dá apenas por meio de fenômenos repetidos e das disposições mentais, na medida em que pode haver fenômenos que não afetam o indivíduo e disposições mentais que podem entrar em processo de descontinuidade.

Portanto, numa tentativa de melhor entender os critérios psicológicos da identidade pessoal, assim como sua constituição, procurou-se discorrer sobre autores

que tentaram efetivamente suprir as carências dos problemas da identidade pessoal, a saber, Locke (2012), Candau (2016), Ricoeur (2013) e Hermans (2001).

Locke (2012) aponta que a consciência perfaz a identidade, no sentido que só pessoas possuem consciência e, sendo assim, possuem também identidade. A objeção que se faz a essa linha de pensamento de Locke é a de que se torna possível conceber seres humanos que não são pessoas, como recém-nascidos, por exemplo, e pessoas que não seres humanos, como robôs e deuses como sendo dotados de identidade.

Candau (2016), por sua vez, defende a ideia de que a identidade se faz por meio da memória, assim, somente quem tem memória possui uma identidade. A objeção que se faz a essa teoria é justamente o caso de pessoas que sofrem algum trauma e perdem a memória, porque isso não quer dizer que esta pessoa deixou de ter uma identidade, já que pessoas ao redor lhe atribuem uma identidade e tendem a tratá-la como sendo a mesma pessoa antes do trauma sofrido.

Ricoeur (2013) irá tratar a identidade pessoal através da teoria da identidade narrativa, no sentido de que a continuidade do sujeito se dá por meio de sua palavra dada, ou seja, por meio de promessas e também por meio de seu caráter. No entanto, a ideia de promessa e caráter são duas instâncias separadas na teoria de Ricoeur, o que faz com que a identidade narrativa entre em colapso, pois como seria possível a continuidade através da promessa, sendo que o cumprimento da promessa depende exclusivamente do caráter? Além disso, Ricoeur afirma que o caráter não pode ser alterado, o que não é totalmente verdade, pois se levarmos em consideração a teoria da consciência fenomênica de Dainton (2008), o caráter sendo uma disposição mental, pode sofrer um processo de descontinuidade e assim, ser alterado.

Por fim, Hermans inova com a sua teoria do *self-dialógico*, em que se torna possível a continuidade da identidade através de um diálogo entre sujeito e sua alteridade, assim como com o ambiente específico no qual o sujeito está inserido, levando em consideração aspectos culturais e sociais. Mas, para, além disso, ele aponta que o sujeito se constitui através de suas diversas posições que são criadas pelo próprio sujeito, como por exemplo, a posição (1) “eu como filha” ou (2) “eu como aluna”. Nesse sentido, a identidade depende da dialogicidade que é estabelecida entre o sujeito e suas posições sociais, assim como aspectos externos que modificam o sujeito, mas também que se deixam modificar, pois um ponto importante para a teoria do *self-*

*dialógico* de Hermans é que o indivíduo não é manipulado pelo ambiente ao qual pertence, mas que também o modifica, contribuindo mutualmente para a construção de seu ambiente social e também para a construção da sua identidade.

Partindo da ideia de *self-dialógico* de Hermans, pode-se concluir, portanto, que talvez as perguntas deixadas por esta temática da continuidade da identidade pessoal, possam ser respondidas, se for analisado não somente um critério, ou uma substância, ou um único modo de tentar se explicar a continuidade e a permanência da identidade. Pois, quando se parte de uma análise conceitual particular, seja a memória, a consciência, ou a linguagem, ainda que possam ser respostas plausíveis não se satisfaz por completo as carências da continuidade e da permanência.

Sendo assim, conclui-se nesse trabalho que uma possível solução para as dificuldades que cercam a identidade pessoal seria levar em consideração todos os modos de continuidade, não separadamente, mas como propõe Hermans, de modo dialógico, em que conversem e estabeleçam relações recíprocas entre si, fazendo assim, a continuidade da identidade ser possível. Pode-se pensar também, tomando como inspiração a teoria de Hermans, que o indivíduo ajuda a construir o ambiente em que ele está inserido, assim como se deixa influenciar pelo ambiente. Se juntarmos todos os modos de continuidade, memória, consciência, linguagem e até mesmo a consciência fenomênica – que de certo modo leva em consideração o ambiente – é possível notar que todos fazem parte de uma constituição individual, cada um possui sua própria memória sobre acontecimentos, sua autoconsciência, sua língua materna e os indivíduos não estão separados de um mundo, ou seja, não vivem dentro de uma bolha. Nesse sentido, faz sentido incluir o fator de experiências, além de levar em consideração a cultura e o contexto social do qual cada sujeito faz parte.

Portanto, pode-se pensar que a continuidade e a permanência da identidade pessoal se constituem não por um aspecto em particular, mas por diversas dimensões que se relacionam entre si, e que separá-las e unificá-las talvez seja um grande erro. Não se tem a pretensão de tentar resolver todos os problemas da identidade pessoal, pois há uma grande carga teórica sobre esse tema, no entanto, talvez possa ser aberta uma nova linha de horizonte para que seja possível começar a enxergar as coisas de uma maneira diferente.

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Metafísica**, tradução de Giovanni Reale, 2ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- AUSTIN, L. John. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória** – Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOTTON, B. João. **O caráter e a promessa em Paul Ricoeur: Uma perspectiva narrativa**. 84 p. Dissertação de mestrado - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2010.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.
- COSTA, F. Claudio. **Limites da Identidade Pessoal**. Natal: Princípios, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Filosofia da Mente**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CRANE, Tim, **Aspects of Psychologism**. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2014.
- DAINTON, Barry. **The phenomenal self**. New York: Oxford University Press, 2008.
- D'ALTE, Iva et al. **Self dialógico: um convite a uma abordagem alternativa ao problema da identidade pessoal**. Portugal: Interações, 2007.
- DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- GALVÃO, Pedro. **Identidade pessoal**. Lisboa: Compêndio em linha de problemas de filosofia analítica, 2013.
- HASLANGER, Sally. **The Oxford Handbook of Metaphysics: Persistence Through Time**. New York: Oxford University Press, 2003.
- HERMANS, Humbert. **The dialogical self: toward a theory of personal and cultural positioning**. University of Nijmegen, The Netherlands, 2001.
- LOCKE, John. **Ensaio sobre o Entendimento Humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LOWE, E. J. **The Oxford Handbook of Metaphysics: Individuation**. New York: Oxford University Press, 2003.

MINGUES, Sofia. **Passividade e Atividade: a Identidade Pessoal à Luz da Filosofia da Mente**. Lisboa: Colibri, 2003.

MORENO, R. Mónica. **Dinâmica das significações de si em crianças na perspectiva dialógico-cultural**. 198 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, 2015.

NAGEL, Thomas. **Como é ser um morcego?** Tradução de Paulo Abrantes e Juliana Orione, Campinas: Cadernos de História e Filosofia da Ciência, 2005.

TYE, Michael, **Ten Problems of consciousness**. Cambridge (MA): MIT Press, 1996.

NASCIMENTO, R. Cláudio. **Identidade pessoal em Paul Ricoeur**. 74 p. Dissertação de mestrado – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

SILVA, S. F. Miguel. **O contributo da comunicação para a constituição de “si-mesmo”**. São Paulo: Papyrus, 1991.

VIANA, A. Cristina. **O enigma filosófico da identidade pessoal**. Maceió: UFAL, 2011.

ZILIO, Diego. **Consciência verbal, não verbal e fenomênica: uma proposta de extensão conceitual no behaviorismo radical**. São Paulo: Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 2011.